

SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA)

Data da reunião: 08/05/2024 **Presidente:** Senadora Leila Barros

lter	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PDL 183/2020 Ementa: Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados. Autoria: Senador Paulo Rocha e outros [tramitação] PDL 187/2020 Ementa: Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, do Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, que "Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativos	Senadora Ana Paula Lobato	Pela prejudicialidade	O PDL 183/2020 e o PDL 187/2020 têm por objetivo sustar a Instrução Normativa 9/2020, que estabelece que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) certificará que os limites de imóveis privados não incidem em Terras Indígenas (TIs) homologadas, reservas indígenas e terras dominiais indígenas plenamente regularizadas. Ademais, estabelece que apenas TIs homologadas deverão constar no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) — sistema do Incra que controla informações sobre limites de imóveis rurais. A relatora vota pela declaração de prejudicialidade dos projetos por perda de objeto, uma vez que o referido ato que se pretende sustar foi declarado nulo pela Instrução Normativa 30/2023, em razão da sua desconformidade com normas legais e constitucionais. 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Iten	ldentificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	PL 3020/2020 Ementa: Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública. Autoria: Senador Jaques Wagner [tramitação] Não Terminativo	Senador Alessandro Vieira	Pela aprovação	O PL acrescenta parágrafo único ao art. 15 da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998), para aumentar em até o dobro a pena nos casos de crimes ambientais cometidos durante a vigência de estado de emergência ou calamidade pública. 1. Em 25/10/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. 2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.
3	PDL 174/2021 Ementa: Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Autoria: Senador Fabiano Contarato [tramitação] PDL 194/2021 Ementa: Susta os efeitos das Instruções Normativas Conjuntas nºs 1, de 12 de abril de 2021, e 2, de 26 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que regulamentam o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Autoria: Senador Paulo Rocha e outros [tramitação] Não Terminativos	Senador Alessandro Vieira	Pela aprovação	Com a justificativa de exorbitância do poder regulamentar, o objetivo de ambos os PDLs é sustar, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta (INC) 1/2021, editada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) – atualmente Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima –, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), que regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Igualmente, o PDL 194/2021 pretende, também, sustar os efeitos da Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO 2/2021, que altera alguns dispositivos da mencionada INC 01/2021. Em virtude da similaridade entre os conteúdos dos projetos e de questões regimentais, o relator vota pela aprovação do PDL 174/2021 e pela declaração de prejudicialidade do PDL 194/2021. 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
4	PL 780/2022 Ementa: Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP incidentes sobre as receitas provenientes da venda de plásticos biodegradáveis e concede crédito presumido de Cofins, PIS/Pasep e Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) sobre as operações de aquisição de plásticos biodegradáveis. Autoria: Senador Plínio Valério [tramitação] Não Terminativo	Senador Rogerio Marinho	Pela aprovação do Projeto de Lei nº 780, de 2022, com uma emenda que apresenta.	O PL objetiva alterar a Lei 10.925/2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP incidentes sobre as receitas provenientes da venda de plásticos biodegradáveis, além de conceder crédito presumido de Cofins, PIS/Pasep e Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) sobre as operações de aquisição de plásticos biodegradáveis. O conteúdo previsto nos dispositivos da proposta: a) inclui os plásticos biodegradáveis no rol de produtos que possuem alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins sobre importação e receita bruta de venda no mercado interno; b) permite que pessoas jurídicas descontem das contribuições a aquisição de plásticos biodegradáveis na apuração de créditos presumidos até 31 de dezembro de 2025; c) oferece à indústria crédito presumido do IPI na aquisição de plásticos biodegradáveis utilizados como matérias-primas ou produto intermediário na fabricação de seus produtos, até 31 de dezembro de 2025; e d) estabelece como cláusula de vigência o primeiro dia do mês subsequente a publicação da futura lei. A emenda proposta pelo relator suprime o código "3901.90.90" do inciso XLIII do art. 1º da Lei 10.925/2004, para que polímeros de etileno em formas primárias não sejam alcançados pelo escopo da matéria. 1. Em 24/04/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. 2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
5	PL 2326/2022 Ementa: Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização. Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, in loco, as causas do aumento da criminalidade e de atentados e de atentados na região Norte. (CTENORTE) [tramitação] Não Terminativo	Senador Fabiano Contarato	Pela aprovação com emendas	O projeto acrescenta dispositivo ao Estatuto do Desarmamento para conceder porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em atividades de fiscalização. O porte é condicionado à comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, nas condições estabelecidas pelo regulamento. Além de ajuste redacional na denominação da antiga Fundação Nacional do Índio, atualmente denominada Fundação Nacional dos Povos Indígenas, as emendas do relator visam a: a) ajustar o texto da ementa; e b) garantir que integrantes das carreiras do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), designados para atividades de fiscalização, continuem portando armas devido ao grande risco enfrentado na atividade. 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública, com parecer favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 e 2. 2. Em 24/04/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. 3. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Consultoria Legislativa do Senado Federal Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA) Data da reunião: 08/05/2024

lt	em	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	6	PL 496/2023 Ementa: Altera o art. 20 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para dispor na sentença penal condenatória à reparação integral, material e moral nos casos de crimes ambientais. Autoria: Senador Fabiano Contarato [tramitação] Não Terminativo	Senador Beto Faro	Pela aprovação do Projeto de Lei nº 496 de 2023 com a emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1.	O projeto pretende alterar, na Lei de Crimes Ambientais (LCA): a) o art. 9°, para prever, em seus quatro incisos, as modalidades da pena de prestação de serviços à comunidade; e b) o art. 20, para estabelecer que a sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação ampla dos danos causados pela infração considerando todos os prejuízos, materiais e morais, sofridos pelo ofendido e/ou pelo meio ambiente. A emenda do relator visa a manter o parágrafo único do art. 20, que possibilita a liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido, além de fazer ajustes redacionais e de técnica legislativa, como a substituição da expressão "reparação ampla dos danos causados" por "reparação integral dos danos ambientais. Ademais, o relator é contrário à Emenda 1, que pretende suprimir do PL o dispositivo que aprimora o art. 20 da Lei de Crimes Ambientais. 1. Em 16/04/2024, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). 2. Em 10/04/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. 3. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

It	tem	Identificação da matéria
	7	REQ 21/2024 - CMA Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de celebrar o dia nacional da caatinga e debater sobre as ações contra a desertificação. Autoria: Senadora Teresa Leitão e outros

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.